

Exorcismo ideológico e abuso das noções de “globalização” e “governabilidade”*

Lúcio Flávio de Almeida**

Resumo:

Tentativa de análise crítica do recurso às noções de “globalização” e “governabilidade” no discurso político contemporâneo. A hipótese central é que este recurso se presta à ocultação do processo contraditório de espraiamento do capitalismo em escala planetária, bem como das contradições inerentes a este modo de produção. Neste sentido, se choca com a miríade de novas lutas sociais que se travam na América Latina.

Diversas noções de uso corrente possuem tamanha carga ideológica conservadora que dificulta ou mesmo impossibilita sua apropriação por uma análise crítica. É o caso de “globalização” e, pior ainda, “governabilidade”. Como observou José Luis Fiori, “governabilidade”, em seu sentido mais amplo ou específico, “é rigorosamente indeterminado e indeterminável do ponto de vista teórico” (Fiori, 1997:39). Não se trata de um conceito no sentido rigoroso do termo, mas de “uma *categoria estratégica*, cujos objetivos imediatos podem variar segundo o tempo e o lugar mas que será sempre e irremediavelmente *situacionista*” (Fiori, 1997:39).

Mais do que um simples “erro” passível de retificação, trata-se de uma noção dotada de grande eficácia político-ideológica conservadora. Neste sentido, é importante examinar como “governabilidade”, ao se inserir efetivamente em determinada visão do mundo, a ponto de orientar percepções e ações, inclusive no que se refere a agendas políticas, turva a compreensão do real e, no mesmo processo, é constituinte e constitutiva dele. Contribuir para esse exame é o objetivo deste artigo. Antes de me voltar para o extraordinário sucesso do recurso à noção em diferentes momentos da ofensiva neoliberal desencadeada a partir dos anos 70 do século XX, farei uma rápida abordagem do que “governabilidade” aponta para dimensões estruturais da dominação capitalista de classe.

* Versão redefinida da comunicação apresentado na mesa-redonda “Redefinições da governabilidade na América Latina no contexto global”, em 11 de agosto de 2004, no Congresso da RUPAL (Rede Universitária de Pesquisadores sobre a América Latina). Agradeço à RUPAL pela passagem e estada, além do fecundo intercâmbio intelectual ocorrido durante o referido congresso. Também sou grato a Jair Pinheiro pela leitura atenta e valiosas sugestões. Os equívocos remanescentes são de minha exclusiva responsabilidade.

** Departamento de Política da PUC-SP; coordenador da revista *Lutas Sociais*.

I. O “defeito de fabricação” do capitalismo

Em um artigo memorável sobre a retomada, pelo pensamento conservador, da problemática da ingovernabilidade, Claus Offe observa que o pensamento social tem trabalhado com uma dicotomia básica entre integração sistêmica (as regularidades que se impõem à revelia dos sujeitos) e integração social, que se refere ao plano da subjetividade, às regras constituídas pelos agentes. A primeira se reporta ao “funcionamento”; a segunda, à “ação”. A ideologia burguesa recorre aos dois pólos da dicotomia ao apresentar o comportamento concorrencial dos indivíduos como complementar ao mercado, tido como auto-regulado (integração sistêmica) (Offe, 1984: 254-5).

A crítica de Offe consiste, no essencial, em argumentar que o mercado, longe de ser auto-regulado, requer a presença estatal e que a instituição “mercado de trabalho” é fictícia, dada a especialidade da mercadoria força de trabalho, que: 1) não surge com a finalidade de ser vendável; 2) não é separável de seu proprietário; 3) só pode ser posta em ação por este último. Ocorreria, aqui, uma imbricação de integração social e integração sistêmica, da esfera mercantil (apresentada como reino da pura objetividade) e dos proprietários da força de trabalho, constituídos como sujeitos, portanto, agentes da regulamentação política, o que implicaria a necessidade de algum tipo de legitimação do ordenamento social. A conclusão de Offe é que o capitalismo padece de um “erro de construção” e que, de um ponto de vista crítico, as sociedades capitalistas são sempre “ingovernáveis” (Offe, 1984, 256-7)

As visões conservadoras, ignorando as condições estruturais desta ingovernabilidade, exigem que os seres humanos se ajustem aos “imperativos funcionais”, ou seja, ao que consideram leis objetivas do mercado. Em contraposição, abordagens mais críticas afirmam que são esses imperativos que devem ser questionados, despidos de sua aparente indevassabilidade e “submetidos a regras políticas normativas”. Somente desta forma seria possível conciliar as normas e exigências sociais com os imperativos do mercado, “já liberados de sua rigidez”. Em suma, compatibilizar integração social e integração sistêmica (Offe, 1984:257).

No plano mais geral, pode-se criticar esta última abordagem por se limitar à dimensão funcional – daí a metáfora do “defeito de construção” - obscurecendo o que uma análise mais dialetizada apreenderia como contradição constitutiva do capitalismo. Ficaria bem mais claro, por exemplo, que não apenas é impossível corrigir a integração sistêmica por meio da política como, ao contrário, esta é que repõe as condições para que a produção funcione de modo “sistêmico”. Mas, se dotada de um eixo estratégico anti-sistêmico, a política – obviamente realizada em outros termos – seria crucial para a tentativa de superação do próprio capitalismo.

Especialmente hoje, é visível que as formulações elaboradas por Offe manifestavam demasiada expectativa, de tipo social-democrata (de

“segunda geração”), na possibilidade de que as relações sociais capitalistas (o chamado “mercado”), despidas de sua roupagem de “integração sistêmica”, fossem domesticadas pelo acordo político de classes. Provavelmente esta esperança contribuiu para a subestimação da força do neoliberalismo, o qual já se expressava nas teses sobre a ingovernabilidade criticadas por Offe e se tornaria hegemônico justamente ao recompor a “integração social” em nome da “integração sistêmica” (das pretensas leis do mercado tais como apresentadas pela ideologia burguesa). Por outro lado, o autor forneceu excelentes subsídios teóricos para o exame das teses sobre a “ingovernabilidade” (com este nome ou outro) como expressões ideológicas de uma contradição estrutural do capitalismo.

Na história da articulação do pensamento político com a dominação capitalista de classe, a problemática da governabilidade se acopla ao pensamento jusnaturalista, que se reconstitui na alvorada da ordem política burguesa. Este jusnaturalismo pode ser, de um modo um tanto esquemático, traduzido em um pacto de abdicação, baseado na defesa fundamental do direito de propriedade¹.

Tal pacto de abdicação levava, por um lado, a constituir os membros da sociedade (os “assinantes do pacto”) como indivíduos portadores de direitos civis. Mas, se não fossem proprietários, a melhor coisa que poderiam fazer era abdicar inclusive das pretensões ao direito de voto. Até porque os proprietários, por serem mais comprometidos com os destinos da comunidade na qual viviam, votariam com responsabilidade maior. Este se tornou um argumento recorrente contra o direito de voto dos não proprietários.

Apenas mais duas observações sobre a consolidação do jusnaturalismo na Inglaterra. A primeira é que o século XVII foi marcado por grandes turbulências políticas que desembocaram, por volta de 1689, com a chamada Revolução Gloriosa, no lançamento das bases da monarquia parlamentar em uma sociedade que, no século seguinte, consolidou seu ingresso no capitalismo industrial. Aí, como alhures, no que se refere à igualdade, o discurso burguês era fundamentalmente o seguinte: querem igualdade? Ótimo! Eis a igualdade civil. Querem mais do que isso (os chamados direitos políticos)? Sejam proprietários!²

Sabemos o quanto demorou e quantas lutas foram necessárias para que os trabalhadores avançassem na realização dos próprios direitos civis e conquistassem direitos políticos e, em casos mais restritos, os chamados direitos sociais.

Podemos agora recuperar as formulações elaboradas por Claus Offe. A problemática da governabilidade expressa/oculta, no plano ideológico,

¹ A mais explícita formulação deste direito como natural foi elaborada por John Locke (1978). A este respeito, como das restrições estabelecidas por Locke à participação dos não proprietários na sociedade civil, ver a rigorosa análise feita por Macpherson (1979:205-273).

² Macpherson (1978, II-III) oferece uma excelente análise das ambigüidades e contradições do pensamento liberal burguês do século XIX em relação à democracia.

uma contradição estrutural: de um lado, se afirma uma “economia de mercado”; de outro, o correspondente a isto é que os portadores da força de trabalho, no ideologicamente chamado “mercado de trabalho”, se comportem como uma mercadoria. A utopia liberal – e agora do neoliberalismo –, na impossibilidade de separar o trabalho vivo do portador da força de trabalho, é achatar, reprimir qualquer aspecto que cheire à humanidade neste contingente de seres humanos não proprietários de nada além que seus próprios corpos³. Nestes termos, a temática da governabilidade manifesta um esforço para exorcizar a contradição fundamental do sistema capitalista. Nos tempos atuais é uma importante determinação ideológica da chamada “baixa intensidade” das democracias contemporâneas e dos riscos de retomadas autoritárias (em alguns casos, neofascistas).

Eis também um dos aspectos que possibilitam apreender os aspectos fundamentalistas do neoliberalismo. Como o próprio Marx assinalou nas formulações iniciais d’*O capital*: 1) a sociedade capitalista aparece como “uma imensa coleção de mercadorias”; 2) para que as mercadorias sejam intercambiadas, é preciso que seus portadores as levem ao mercado. No caso da força de trabalho, que é inseparável de seu portador, significa que este, após vendê-la, a acompanhará para além da esfera mercantil, mergulhando na “esfera oculta” da produção, onde se subordinará ao despotismo do capital (Marx, 1985: 45 - 145).

Ao mesmo tempo em que aí se funda, também se compromete a moderna idéia de cidadania, que fica do lado de fora do processo direto de produção. Ao mesmo tempo em que está na base da construção ideológica de uma comunidade de iguais (a comunidade dos cidadãos), a nação, justamente por isto, é um obstáculo estrutural à organização do proletariado em classe. Em contrapartida, quando os dominados, em nome da cidadania, tomam seus destinos em suas próprias mãos, sua participação é desqualificada pelos dominantes. Uma expressão desta contradição entre cidadania e exploração capitalista de classe é o desconforto da teoria política liberal (e agora neoliberal) com a relação entre o que considera “economia” e “política”.

Esta contradição estrutural produz fortes impactos sobre a democracia, principalmente na América Latina contemporânea, região que tem sido profundamente afetada pela coincidência trágica de redemocratização com neoliberalismo.

II. Os primórdios da contra-ofensiva neoliberal e a retomada da temática da (in)governabilidade

A questão da governabilidade também foi abordada pela esquerda, especialmente pelo ângulo da crise de legitimação. Importantes análises das contradições entre funções de acumulação e funções de legitimação, contradições que grassariam praticamente todas as sociedades de capitalismo

³ Ver a este respeito, as brilhantes e contundentes análises do pensamento liberal, de Mandeville a Hayek, passando por Popper e Hanna Arendt, efetuadas por Losurdo (1998 e 2004).

avançado, foram elaboradas por diversos autores críticos. Além do próprio Claus Offe, podem ser citados James O'Connor (1977), e Jurgen Habermas (1973)⁴. Contudo, estas teorizações, por mais fecundas que fossem, estavam demasiado presas a um padrão de acumulação capitalista cujo impasse confundiram com um impasse do próprio capitalismo. Em outras palavras, não se levou em conta que já se constituía um novo padrão de legitimação, o neoliberal, que, ao seu modo, superava a contradição ideológica na qual aqueles autores centravam a análise. O discurso predominante sobre a governabilidade voltou a ser esgrimido com maior desenvoltura pela direita acadêmica, muitas vezes ligada aos grandes capitais estadunidenses, europeus e japoneses. Nos últimos trinta anos, também se operou uma disjuntiva correlata ocorrida entre as “duas integrações”: absolutizou-se, em nome da governabilidade, a função de acumulação, o que implicou um quase total esvaziamento dos termos nos quais se formulava o problema da legitimação. Em suma, o discurso da governabilidade foi reapropriado por quem de direito, ou seja, pela direita e se impôs.

Talvez nenhum texto seja tão expressivo desta “reintegração de posse” ideológica do que *The crises of the democracy*, encomendado pela Comissão Trilateral⁵ e tornado uma espécie de bíblia da contra-ofensiva do grande capital em escala planetária. A comissão encomendou um trabalho a um amplo conjunto de intelectuais para examinarem as perspectivas da democracia nos países de capitalismo avançado. O coordenador desta empreitada foi Samuel Huntington, um dos falcões da direita intelectual estadunidense, que até hoje escreve verdadeiros petardos que pautam, segundo a ótica das classes dominantes no grande irmão do norte, o debate em grande parte dos centros acadêmicos de Ciência Política e Relações Internacionais, bem como nos grandes meios de comunicação. Observe-se, por exemplo, a repercussão obtida por livros de grande capacidade de comunicação, fraco rigor teórico, aguda percepção dos pontos candentes da conjuntura e explícita adesão aos valores predominantes nos EUA: *A terceira onda, O choque de civilizações* e, mais recentemente, *Who are we? (Quem somos?)*. Outro organizador, responsável pelo estudo sobre a Europa, foi Michel Crozier, importante metodólogo e estudioso da burocracia; o exame do caso japonês foi dirigido por Joji Watanuki (1975).

Qual foi o diagnóstico formulado pela Comissão Trilateral neste texto publicado em 1975? O próprio título já é suficientemente claro a este respeito: *The crisis of democracy*. A tese central dos autores era que o problema das sociedades industriais, que muitos chamavam até de pós-industriais, e que podemos designar como formações sociais imperialistas, consistia justamente o excesso de democracia. Referiam-se bastante ao

⁴ A partir de uma outra perspectiva teórica, uma abordagem destas análises é apresentada por David Held (1987: 186-200)

⁵ Criada em 1973, pelos pesos pesados do grande capital estadunidense, europeu e japonês. A respeito da Comissão Trilateral, consultar os excelentes artigos de Antonio Carlos Moraes e João José de Oliveira Negrão, publicados em *Lutas sociais*, 1.

incremento da participação política, bem como ao “aumento das demandas” por parte de velhos e novos grupos sociais, entre os quais jovens, minorias étnicas e grupos regionais. Segundo Huntington e seus próximos, a cada atendimento das demandas, ao invés de se reduzirem, novas reivindicações surgiam. Para descreverem o resultado deste incessante aumento das demandas, os autores apelavam para a metáfora da “sobrecarga” do sistema, a qual, em algum momento, levaria ao colapso da própria democracia.

O recado era bem claro: impunha-se conter as demandas, expressão que, não poucas vezes, funcionou como um eufemismo para aumento da repressão.

Compartilho da avaliação de que este relatório da Comissão Trilateral, que colocou mais uma vez na ordem dia, a expressão “crise de governabilidade”, foi politicamente muito mais importante do que o livro *O caminho da servidão*, publicado por Friedrich Von Hayek (1990), que autores como Perry Anderson consideram decisivo para a ofensiva neoliberal⁶. O livro de Hayek foi publicado em 1944, na alvorada de um longo ciclo expansivo do capitalismo, de consolidação dos arranjos social-democratas em diversos países imperialistas, de intenso crescimento dos movimentos de libertação nacional, no bojo da desagregação dos grandes impérios coloniais, muitos destes movimentos dotados de aspectos antiimperialistas. O relatório da Comissão Trilateral foi publicado em 1975, momento de crise dos chamados “trintas gloriosos” anos do capitalismo, seja do ponto de vista econômico, seja no que se refere à hegemonia do grande capital nas formações sociais imperialistas ocidentais ou ao papel predominante dos Estados Unidos em escala planetária. Já no início dos anos 70, desencadeava-se a contra-ofensiva do grande capital frente ao pacto social-democrata ou ensaios deste, nos grandes centros do capitalismo mundial, bem como as pretensões dos movimentos nacionalistas da periferia. Este foi o contexto do movimento muito mais orgânico efetuado pela Trilateral.

Portanto, é necessário chamar a atenção para os compromissos teórico-ideológicos da recolocação em cena desta noção de governabilidade. Por que insistir nisso?

Basicamente porque amplos setores acadêmicos no Brasil ficaram apaixonados pela temática da governabilidade, principalmente no decorrer dos anos 80, 90 e até neste início de século XXI.

Em nome da meia-verdade de que, no Brasil, a preocupação com a questão nacional ganhara todo o terreno do debate teórico-ideológico, com sérios sacrifícios para o exame da democracia, perdeu-se muito tempo “descobrir” as virtudes da democracia liberal e se descurou da questão do imperialismo. Retórica política à parte, a temática da governabilidade como um sistema de freios ideológicos à democracia liberal, embora importante, não ocupou o primeiro plano na América Latina, a não ser em conjunturas

⁶ Bem como as atividades da “Sociedade de Mont-Pélerin”, onde também Hayek desempenhou um papel de primeira linha (Anderson, 1998).

excepcionais. Aqui, ela pegou mesmo foi nas formulações mais precisas e operacionais: as relacionadas com as chamadas políticas de “ajuste estrutural” com vistas à inserção virtuosa em um “mundo globalizado”. Em outros termos, embora tenha feito crescente sucesso nos círculos acadêmicos, sua parte mais substancial desembarcou nas pastas dos funcionários do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, já diretamente conectados com a nata da grande burguesia nativa e internacionalizada. O impacto foi muito grande, inclusive sobre as esquerdas.

Em 1989, quando Lula se candidatou a presidente pela primeira vez, o presidente da mais importante entidade corporativa dos industriais (a FIESP) declarou bombasticamente que, caso Lula fosse eleito, cerca de “800 mil industriais” abandonariam o Brasil. Tendo em vista que a história jamais evidenciou tamanho esforço migratório de burgueses em decorrência de uma eleição, é mais provável que o presidente da Fiesp sinalizasse que, caso eleito, Lula encontraria, da parte dos industriais, sérios problemas para governar. Quando da segunda tentativa, a campanha manifestou bem maior preocupação com a problemática da governabilidade, o que era um modo de contemplar os interesses dos que poderiam bancar a candidatura petista mas ainda procuravam alternativas a ela. Na terceira tentativa, em 1998, o contexto era totalmente outro. O ciclo de lutas operárias e populares iniciado em 1979 já se encontrava em declínio⁷ e a candidatura petista fazia de tudo para não cometer os “erros do passado” e se tornar digerível para as classes dominantes brasileiras e o capital internacional. Mesmo assim, um dos mais importantes industriais brasileiros afirmou que uma eventual eleição de Lula teria efeito tão devastador sobre o Brasil como o de uma bomba de hidrogênio. Mais uma vez, a metáfora estava longe de ser amistosa e prenunciava tempos sombrios para um eventual governo petista.

Reações desse tipo não deixaram de contribuir para que muitos dos que se afirmavam portadores de projetos de transformação social se apegassem, também no Brasil, à problemática da governabilidade de um modo crescentemente conservador⁸.

Na medida em que, por um lado, o neoliberalismo aponta mais fortemente para a repressão do ímpeto de participação popular dos dominados, o que acontece é uma limitação da democracia. Esta, em nome do liberalismo, é restringida justamente naquilo em que abre possibilidade, mesmo no interior das estruturas do capitalismo, para a participação popular.

Como articular este processo com a chamada globalização?

III. A problemática da governabilidade é “expropriada” dos Estados nacionais dependentes

⁷ Basta mencionar que a grande novidade em matéria de sindicalismo eram as chamadas “câmaras setoriais”.

⁸ Abordei esta questão em artigo publicado logo após a terceira candidatura presidencial de Luís I. N. da Silva (Almeida, 1998).

O processo de realização, pelos trabalhadores, de seus interesses imediatos, ou seja, daqueles que se podem concretizar no interior das estruturas do modo de produção capitalista, redundou, de um modo ou de outro, na inscrição de direitos nos “seus” respectivos Estados nacionais. Por um lado, ocorria uma neutralização do caráter anti-sistêmico dessas lutas, o que reforçava o processo por meio do qual o principal aparato da dominação burguesa de classe aparece como a encarnação da soberania de uma comunidade supraclassista: a nação. Mas, por outro lado, estas conquistas encontravam uma blindagem bastante real contra as pressões diretas de interesses não pertencentes, nos planos jurídico-político e ideológico, à referida comunidade. A partir de outra perspectiva teórica, Charles Tilly observou que boa parte da política dos trabalhadores dos países ocidentais consistiu em lutar para que o Estado reforçasse direitos arrancados aos capitalistas (*apud* Beynon, 1999:267).

O problema não afeta apenas os trabalhadores dos países dependentes, como o demonstra a vasta literatura sobre as lutas de classes nos países de capitalismo avançado. Mas isto não deve servir para ocultar as consideráveis assimetrias entre formações sociais imperialistas e dependentes, até porque os interesses dos grandes capitais imperialistas são organizados, no plano internacional: 1) por “seus” respectivos Estados nacionais; 2) pelos Estados dependentes e 3) na zona cinzenta não coberta formalmente pelas soberanias nacionais, pelo chamados organismos “multilaterais”.

Como observa Atílio Boron, nas duas últimas décadas do século XX ocorreu um deslocamento dos centros de decisão no plano internacional, de instâncias comprometidas, ao menos formalmente, com os princípios democráticos (caso da ONU) para as instituições criadas pelos acordos de Breton Woods, como o FMI e o Banco Mundial, que, apesar dos estragos que produzem para a grande maioria da população mundial, escapam a qualquer mecanismo de controle popular, não sendo “responsáveis nem imputáveis pelas políticas que impõem” aos Estados das formações sociais dependentes” (Boron, 2001:62)⁹.

No período da Guerra-Fria (1945-1991), houve uma bipolaridade instável, assimétrica e cambiante que abriu espaços de manobra para uma série de movimentos que vou elencar muito rapidamente. Dois tipos são destacados aqui. Em primeiro lugar, fortes movimentos operários, no período do chamado fordismo, com sindicatos amplos, organizados, burocratizados e, em geral, patriarcais. Tanto na chamada Europa Latina, com partidos comunistas de forte base operária (França, Itália, Espanha), como na Europa norte-ocidental, onde a social-democracia praticamente monopolizava a representação sindical e política dos trabalhadores, tratou-se de movimentos

⁹ Chossudovsky (1999) fez um exame meticuloso de como as chamadas instituições multilaterais, sempre recorrendo ao discurso que elogia as virtudes do livre mercado, impõem aos países dependentes, em nome da governabilidade, os programas de ajuste estrutural.

suficientemente fortes para efetuar conquistas dentro do capitalismo, mas não fortes o bastante para destruir o capitalismo, até porque muitos (explicitamente os social-democratas) não tinham este objetivo. Mas foram beneficiados pelas brechas da Guerra Fria e o chamado Estado de Bem-Estar Social chegou à sua plenitude neste período.

Outro tipo de movimento que se intensificou no período foi o dos “não alinhados”. A Conferência de Bandung (1955) praticamente formalizou a constituição de um bloco de países, na maioria recém-emancipados politicamente dos antigos impérios que prosseguiram em decadência no pós-segunda grande guerra. Esse bloco adquiriu grande projeção política, e vários dos movimentos de libertação nacional que o engrossaram tinham aspectos antiimperialistas (e, portanto, anticapitalistas) muitos fortes. Basta consultar os mapas da época para verificar que muitos países recém-libertos apresentavam, em seus próprios nomes, alusões ao socialismo.

Tudo isso acabou. Tudo isso se foi com a própria Guerra-Fria.

Mas é preciso insistir em que este processo vinha sendo erodido desde antes e tampouco se deveu ao mero recuo dos Estados diante da ofensiva das “empresas transnacionais” e à revitalização das instituições multilaterais criadas pelo sistema de Bretton Woods. Também a ofensiva contra o movimento operário no centro do capitalismo se iniciou antes e, no caso inglês, por meio de um governo que Hayek, quando dedicou seu célebre livro “aos socialistas de todos os partidos”, não poderia imaginar. Foi o governo trabalhista inglês, chefiado pelo Primeiro-Ministro Callaghan, quem anunciou solenemente o epílogo das políticas keynesianas e anunciou a volta ao que ele mesmo designou como “os fundamentos” (Beynon, 1999, 268-9).

O exame do nexos entre os dois processos (políticas internas antioperárias e antipopulares no centro e na periferia; combate aos movimentos nacionalistas, especialmente no que continham de aspectos antiimperialistas) deve ser aprofundado, até porque o endurecimento das políticas internas se articulou, na periferia, à chamada “abertura comercial” que é simplesmente o aspecto mais visível de um processo mais profundo e contraditório: a nova rodada de transnacionalização desigual do capitalismo.

Como já vimos, no plano político, uma das dimensões deste processo é a redução da margem de manobra dos Estados dependentes para efetuarem políticas que escapem ao monitoramento das agências “multilaterais” e dos Estados imperialistas. Há, portanto, um estreito nexos entre a política de desmontagem dos movimentos operários no centro do sistema e a destruição das veleidades à autonomia dos Estados na periferia do capitalismo. A esmagadora maioria dos Estados periféricos se viu reduzida a seu aspecto fundamental, sem quaisquer negociações que ultrapassem o plano meramente discursivo: organização dos interesses das classes dominantes (frações do capital imperialista inclusas) e desorganização dos dominados. Sua margem de manobra se estreitou muito rapidamente na virada dos anos 80 para os 90. A polarização mundial ficou tão assimétrica atualmente que a capacidade dos Estados Unidos para golpear os governos

indesejáveis aumentou tremendamente por conta da situação criada no pós-Guerra Fria.

Temos um mundo unipolar, onde a grande potência mundial, apesar de seu poderio bélico crescentemente maior, enfrenta sérias dificuldades para organizar sua hegemonia. Eis uma situação extremamente complicada. Esta complicação, de altíssimo risco, apresenta novos desafios para as lutas sociais contemporâneas, ao mesmo tempo em que sinaliza novos caminhos, inclusive no tratar a questão da governabilidade.

A ofensiva do imperialismo estadunidense para constituir o império, correndo contra o relógio, evitando que surja algum adversário de porte mais ou menos equivalente, está levando a uma instabilidade literalmente global. E, sobretudo em países dependentes, como os da América do Sul, ao se enfraquecer a capacidade de blindagem das conquistas imediatas que as classes populares obtinham no passado, os fatores externos adquiriram extraordinária importância.

Os fatores da chamada governabilidade continuam sendo fundamentalmente internos. Basta mencionarmos, por exemplo, o que está ocorrendo na Venezuela e no Iraque, dois países dependentes, dotados de recursos minerais estratégicos, que, aliás, estão escasseando (petróleo e água potável). Um deles foi invadido e lá se pretende criar um estado fantoche, objetivo contra o qual se ergue uma heróica resistência. O outro, a Venezuela, é fortemente pressionado pelos EUA, que, inclusive apoiaram o fracassado golpe contra Chávez. Temos, portanto, dois países que, apesar de suas distâncias geográficas, estão no epicentro da profunda crise atualmente vivida pelo sistema internacional.

Como a questão da “governabilidade” pode, agora, ser formulada de um modo mais provocativo?

A defesa da governabilidade não deve ser absolutizada, a não ser pelos que consideram a defesa da ordem a principal virtude política. São os que se esmeram propor “reformas políticas” que fortaleçam as instituições da democracia burguesa de modo a limitar a participação direta dos dominados ou, no caso desta ocorrer, atenuar seus impactos sobre os interesses do grande capital nativo e/ou transnacional. Daí a macabra paráfrase do chavão dos anos de chumbo (“a economia vai bem, mas o povo vai mal”): a crise política não deve afetar o bom desempenho da “economia”, pois caso isto ocorra, a “governabilidade” estará comprometida. Não somente confundem governo e poder político (de classe), como se oculta a presença de interesses políticos no interior da estrutura econômica e mesmo da própria política econômica. As “reformas políticas” que propõem visam preservar o fundamental do *status quo*.

Mas este não é o caso dos que se engajam no sentido da transformação social, pois sabem que “reformas políticas” sem qualquer alteração nas relações de poder pode significar neutralização das lutas sociais, mesmo as que têm por objetivo a implementação de políticas estatais mais favoráveis às classes populares.

A partir desta primeira consideração, “governabilidade” adquire uma polissemia maior. Tudo depende, nesta questão, a que relações de poder político nos referimos, com vistas a reproduzi-las ou alterá-las. E isto se coloca hoje, apesar do esquematismo da análise, de um modo, ao meu ver, relativamente claro. Por exemplo, no caso do Iraque, correndo o risco de ser demasiado normativo, qual é o sentido em defender a governabilidade de um país ocupado pela principal potência imperialista do planeta?

Em contrapartida, no caso da Venezuela, o governo Chávez implementa políticas de caráter fortemente antineoliberais, o que, mesmo com sucessivas vitórias obtidas nas urnas (e por isso mesmo), não pode ser admitido pelas forças opositoras mais à direita, governo estadunidense incluso. Daí, na teoria e na prática, os limites da temática da governabilidade. Os que mais se referem a ela – embora com credibilidade decrescente – são os que menos a respeitam. E, em aparente paradoxo, aludem, com viés conservador, para questões mais profundas: ao desqualificarem Chávez como um populista irresponsável, tocam o dedo na ferida, acusando-o de acirrar o conflito de classes.

James Petras (2004) estabeleceu uma espécie de “ranking” do conceito dos países latino-americanos frente a Washington e a Wall Street. O interessante é que, em relação a esta última, a Venezuela está muito bem cotada, até porque suas contas estão rigorosamente em dia. Isto lhe assegura uma relativa distância de linha de tiro dos organismos “multilaterais”, apesar do insistente discurso que estes emitem contra as tentações do “populismo”.

O problema é que a política do Estado venezuelano pode sinalizar possibilidades de antineoliberalismo que, se a moda pega, ameaçam diretamente a hegemonia dos EUA no seu próprio quintal. A principal interessada em, na defesa da “governabilidade”, desestabilizar o governo Chávez, é a classe dominante venezuelana, uma das mais predatórias do planeta¹⁰. E encontra a solícita companhia dos encarregados da política imperial estadunidense, que, inclusive, apostaram naquele golpe fracassado contra Chávez e intensificam as pressões contra seu governo, acusando-o de desestabilizar não somente a política venezuelana como as relações internacionais na América Latina.

Em seus primórdios, o neoliberalismo acenava com a perspectiva de um mundo melhor. Hoje, grande parte de seu triunfo ideológico se deve à crença fortemente enraizada de que não existe alternativa a ele. O primeiro grande escândalo do governo Chávez consiste em afirmar, no discurso e na prática, que existe alternativa, o que o leva ao “desvario” de canalizar recursos estatais para os setores populares. Como a receita estatal tem se ampliado por conta da elevação do preço do petróleo, a Venezuela se transforma em um laboratório para “a crise de governabilidade” às avessas: as contas vão bem, mas os dominantes estão insatisfeitos e se recusam a aceitar a legitimidade de um governo que tem se mostrado incansável em

¹⁰ A respeito da política venezuelana contemporânea, ver o instigante livro de Gilberto Maringoni (2004).

ganhar eleições bem mais rigorosas e abertamente politizadas do que as que se fazem nos EUA. O nacionalismo venezuelano também é a exceção que confirma a regra segundo a qual a expropriação das políticas sociais pelos “organismos multilaterais” passou por maiores restrições à autonomia dos Estados nacionais dependentes.

Em sua primeira comunicação televisiva, após a derrota do golpe de Estado do qual graças fundamentalmente à articulação de cisma no aparelho repressivo de Estado e a um extraordinário movimento de massas, Chávez conclamou todos os venezuelanos, em especial os que apoiaram o golpe, a respeitarem a Constituição. Comparou esta última ao *Popol Vuh*, livro dos antigos Quichês que habitavam a atual Guatemala e que só com uma boa dose de ideologia podem ser identificados com uma “comunidade de cidadãos”, modo até hoje típico de constituição ideológica das formações sociais capitalistas, inclusive a venezuelana. Obviamente este peculiar apelo à “governabilidade” só adquire sentido quando subordinado a uma política de transformações sociais. Daí a permanente referência à revolução.

A tentativa que o governo Chávez faz para desdobrar sua política em um novo bolivarianismo expressa uma aguda percepção dos limites de uma política meramente nacionalista. No que se refere à Venezuela, um bom indício da correlação de forças no plano ideológico será justamente a prioridade concedida a um dos pólos: “governabilidade” ou “revolução”.

É possível avançar? A variedade de lutas que se apresentam na América Latina, desde aquelas que se ancoram no interior do aparelho de Estado até as que anunciam querer mudar o mundo sem tomar o poder, sinalizam que sim. O importante é, sempre levando em conta as particularidades nacionais e/ou étnicas de cada uma delas, não reduzi-las a simples expressões identitárias incapazes de confluírem para atuações mais amplas e coordenadas. Não por acaso, todas estas lutas se preocupam em manter acesa sua chama internacionalista.

A ideologia da “globalização” procura exorcizar os riscos decorrentes da atual rodada de transnacionalização do capitalismo, quando a relação capital – trabalho é mais determinante do que nunca em todos os recantos do planeta. O que significa que o chamado “defeito de construção” do capitalismo continua se repondo em novos termos e, com ele, o fantasma da “ingovernabilidade”. Nesta rodada de transnacionalização desigual e contraditória do capitalismo, processo bastante impulsionado pelo neoliberalismo, aprofundam-se as “corrosões da cidadania”. “Embaixo”, grandes contingentes das classes dominadas não vêem no Estado nacional seu maior objeto de lealdade, o que também ocorre, de um modo específico, com os “supra-incluídos”, que são muito mais leais às empresas onde atuam transnacionalmente (ou mesmo aos chamados organismos “multilaterais”), além de, no plano simbólico, manifestarem profunda adesão ao que imaginam ser o “American way of life”. Ambas as situações repercutem sobre a noção de cidadania, cada uma de modos socialmente determinados, atualizando as questões que Offe identificava nos portadores da força de

trabalho, sobretudo em sociedades onde eles se tornam cada vez mais “supérfluos”, devido a esta mistura de desenvolvimento das forças produtivas com crise do capitalismo¹¹.

À supra-inclusão corresponde o cosmopolitismo burguês desta virada de século, com todo o rosário de barbáries que passa pelo tráfico de armas, narcotráfico, paraísos fiscais, trabalho escravo ou semi-escravo, desemprego em massa, aumento da xenofobia, destruição de redes básicas de sociabilidade, riscos de neofascismos, etc. Tudo isto produz efeitos devastadores sobre amplos contingentes dos dominados, mas também abre perspectivas para que muitos destes, nada tendo a perder, aproveitem as facilidades do *relativo* desenraizamento e se organizem com maior autonomia para lutarem por um outro mundo aqui mesmo.

Esta é uma das razões pelas quais a América Latina, este “extremo Ocidente”, constitui, do México à Argentina, o principal cenário de uma imensa variedade de lutas contra o neoliberalismo.

Bibliografia:

- ALMEIDA, Lúcio F. (1998). “A insaciável dialética da governabilidade”. *PUCviva*, 3.
- BEYNON, Huw (1999). “Globalização, neoliberalismo e direitos dos trabalhadores no Reino Unido”. In OLIVEIRA, Francisco e PAOLI, Maria C. *Os sentidos da democracia: políticas de dissenso na economia global*. 2a. ed. Petrópolis: Vozes.
- BORON, Atilio (2001). “A nova ordem imperial e como desmontá-la”. In SEOANE, José e TADDEI, Emilio. *Resistências mundiais: de Seattle a Porto Alegre*. Petrópolis: Vozes.
- CHOSSUDOVSKY, Michel (1999). *A globalização da pobreza*. São Paulo: Moderna.
- CROZIER, Michel, HUNTINGTON, Samuel e WATANUKI, Joji (1975). *The crises of democracy: report on the governability of democracies to the Trilateral Commission*. New York: New York University Press.
- FIORI, José L. (1997). “Por que governabilidade? Qual governabilidade?”. In: *Os moedeiros falsos*. 2 ed. Petrópolis: Vozes.
- HABERMAS, Juergen (1980). *A crise de legitimação no capitalismo tardio*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- HAYEK, Friedrich A. (1990). *O caminho da servidão*. 5. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal.
- HELD, David (1987). *Modelos de democracia*. Belo Horizonte: Paidéia.
- LOCKE, John (1978). “Segundo tratado sobre o governo”. In: *Locke*. 2a. ed. São Paulo: Abril Cultural.
- LOSURDO, Domenico (1998). “150 anos do *Manifesto do Partido Comunista* – 150 anos de história universal”. *Lutas sociais*, 4.
- _____ (2004). *Democracia ou bonapartismo*. Rio de Janeiro: UFRJ/Unesp.
- MACPHERSON, C. B. *A democracia liberal: origens e evolução*. Rio de Janeiro: Zahar.

¹¹ Inspiro-me nas teorizações de André Tosel (1995), as quais não se identificam com a tese, teoricamente mal formulada, da pretensa perda de centralidade do trabalho. Adoto a hipótese de que a relação capital – trabalho nunca foi tão determinante como na atual rodada de transnacionalização do capitalismo em crise.

- _____.(1979). A teoria política do individualismo possessivo: de Hobbes a Locke. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- MARINGONI, Gilberto (2004). *A Venezuela que se inventa*. São Paulo: Expressão Popular.
- MARX, Karl H. (1985). *O capital*. Livro I, vol. 1. São Paulo: Nova Cultural.
- MORAES, Antônio C. (1996). "O projeto neoliberal e o mito do 'Estado mínimo'". *Lutas Sociais*, 1.
- NEGRÃO, João J. O. (1996). "O governo FHC e o neoliberalismo". *Lutas Sociais*, 1.
- O'CONNOR, James (1977). *USA: a crise do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- OFFE, Claus (1984). "A 'ingovernabilidade': sobre o renascimento das teorias conservadoras da crise". In: *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- PETRAS, James (2004). "Classificação dos governos latino-americanos pelos Estados Unidos". *Lutas Sociais*, 11-12.
- TOSEL, André (1995). "Centralité et non-centralité du travail ou la passion des hommes superflus". In BIDET, Jacques e TEXIER, Jacques (orgs.). *La crise du travail*. Paris: PUF.